



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

## PARECER JURÍDICO

**CONSULENTE:** Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão – TO.

**REFERÊNCIA:** Processo Administrativo nº 106/2026

**MODALIDADE:** Dispensa de Licitação nº 067/2026

**ASSUNTO:** Análise da possibilidade de Contratação direta, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto 12.807/2025.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRAS DIVERSAS, QUE SERÃO UTILIZADAS PARA MONTAGEM DA ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DA TEMPORADA DE PRAIA “VERANEIO MACEDÔNIA 2026”, PROMOVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO - TO.

### 1. RELATÓRIO:

Trata o presente expediente de solicitação de análise jurídica acerca do procedimento de contratação na modalidade de dispensa, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto nº 12.343/2024, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRAS DIVERSAS, QUE SERÃO UTILIZADAS PARA MONTAGEM DA ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DA TEMPORADA DE PRAIA “VERANEIO MACEDÔNIA 2026”, PROMOVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO - TO**, a qual requer o processamento por dispensa de licitação com fundamento na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Importa destacar, ainda, que o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de que os processos de contratação direta, compreendendo tanto os casos de inexigibilidade quanto de dispensa de licitação, sejam instruídos com documentos indispensáveis para garantir a transparência e a regularidade do procedimento. Tais documentos incluem:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

**I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;**



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

A presente análise, portanto, deverá verificar se todos esses requisitos estão devidamente atendidos no processo, de modo a assegurar a observância das disposições legais aplicáveis e a conformidade do procedimento com os princípios que regem a Administração Pública.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica

## 2. ANÁLISE JURÍDICA:

### 2.1. RELEVÂNCIA DO CONTROLE JURÍDICO PRÉVIO NA CONTRATAÇÃO DIRETA.

O parecer jurídico é peça fundamental no controle prévio de legalidade das contratações realizadas pela Administração Pública, representando uma garantia essencial da observância dos princípios constitucionais que regem os atos administrativos, como legalidade, moralidade e eficiência. A obrigatoriedade desse controle, realizada pelo órgão jurídico, está prevista no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que os processos licitatórios e de contratação direta somente poderão prosseguir após a análise jurídica das peças que compõem os autos.

A análise jurídica visa assegurar que a contratação esteja plenamente respaldada pelas normas vigentes, evitando possíveis nulidades e resguardando a Administração Pública de eventuais prejuízos ou responsabilizações decorrentes de falhas no procedimento. Tal parecer deve ser redigido com linguagem clara e objetiva, abrangendo todos os elementos indispensáveis



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

à contratação e, simultaneamente, conferindo ao procedimento a transparência necessária para a garantia da legalidade e da segurança jurídica.

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - Appreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

## 2.2. DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

O documento de formalização da demanda é um dos pilares que sustentam o processo de contratação direta ou licitatória, sendo exigido pela Lei nº 14.133/2021 como instrumento inicial para caracterizar a necessidade da contratação e garantir a devida instrução do processo administrativo. Ele representa a materialização da demanda interna da Administração Pública, fundamentando o objeto a ser contratado e delimitando as necessidades a serem atendidas, sempre em conformidade com os objetivos da gestão pública.

A formalização da demanda é essencial para assegurar a clareza e a objetividade no planejamento da contratação, permitindo que a Administração identifique previamente os requisitos técnicos, as condições orçamentárias e a viabilidade da execução do contrato. Dessa forma, ela contribui diretamente para o atendimento ao princípio da eficiência, evitando contratações desnecessárias, mal planejadas ou desalinhadas com o interesse público.

No presente caso, verifica-se que o processo administrativo em análise foi



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

devidamente instruído com o documento de formalização da demanda, elaborado de forma a atender os requisitos legais estabelecidos pelo artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

A formalização da demanda apresentada no processo descreve, com precisão e clareza, o objeto o qual identifica e caracteriza a necessidade da contratação, conforme devidamente especificado nos autos.

Desse modo, a formalização da demanda encontra-se em conformidade com as disposições normativas, sendo suficiente para fundamentar e justificar a contratação direta analisada neste parecer jurídico

### 2.3. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um instrumento indispensável no processo de planejamento das contratações públicas, previsto na Lei nº 14.133/2021. Ele tem como objetivo principal fornecer os subsídios técnicos necessários para avaliar a viabilidade da contratação e garantir que as soluções propostas estejam alinhadas às necessidades da Administração Pública e ao interesse público.

Por meio do ETP, são identificados e analisados aspectos como o objeto a ser contratado, as soluções possíveis, os custos envolvidos, os riscos associados à execução do contrato, e outros elementos relevantes para a tomada de decisão. Esse estudo promove o planejamento eficiente e transparente das contratações, fundamentando as escolhas administrativas e minimizando falhas no processo.

Art. 18. O Estudo Técnico Preliminar é obrigatório e consiste na caracterização da necessidade da contratação e na definição dos requisitos da solução que a atenda, sendo utilizado para subsidiar a elaboração do termo de referência ou do projeto básico.

Parágrafo único. O Estudo Técnico Preliminar deverá conter, no mínimo:  
I - descrição da necessidade da contratação, considerando os problemas a



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

serem resolvidos sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da quantidade a ser contratada e da adequação ao objeto;

III - estimativas das receitas e despesas que serão geradas pela contratação, inclusive das que ocorrerem em exercícios financeiros futuros;

IV - requisitos da contratação;

V - estimativa do impacto ambiental, se for o caso;

VI - providências a serem adotadas pela Administração para adequação do espaço físico e da capacitação de pessoal, quando for o caso."

No caso em análise, o processo foi instruído com o Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com as disposições legais, o qual identifica e caracteriza a necessidade da contratação, conforme devidamente especificado nos autos.

Dessa forma, o Estudo Técnico Preliminar reforça a segurança e a viabilidade da contratação, demonstrando que o processo foi planejado em conformidade com a legislação vigente e alinhado aos princípios da Administração Pública.

## **2.4 PESQUISA DE PREÇO**

A norma 14.133/2021, artigo 23º estabelece que os incisos I, II e III do referido artigo são os parâmetros primários e mais robustos, e que a Administração Pública deve priorizá-los para garantir maior fundamentação técnica, eficiência e transparência, que a coleta de preços no presente processo seja ajustada às diretrizes dos incisos I, II e III:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Os incisos I, II e III **oferecem maior segurança** e fundamentação ao processo, uma vez que ampliam a base de dados utilizada para estimar os valores, promovendo maior transparência e alinhamento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, como os princípios da eficiência, moralidade, economicidade e legalidade.

A utilização do **inciso I**, que prevê o uso de painéis de preços praticados no âmbito da Administração Pública, destaca-se pela inclusão do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. O PNCP é uma plataforma centralizada instituída pela Lei nº 14.133/2021, que tem como objetivo organizar e disponibilizar informações sobre contratações públicas realizadas em âmbito nacional. Ele permite o acesso a dados detalhados sobre preços praticados, contratos e fornecedores, promovendo maior transparência e eficiência no processo de compras públicas. Sua utilização facilita a comparação de preços e assegura maior uniformidade nas contratações, sendo uma ferramenta essencial para a boa governança pública.

A doutrina especializada reforça a importância de seguir essa ordem de preferência. Conforme destacado no "Manual de Orientação: Pesquisa de Preços" do Superior Tribunal de Justiça (STJ):



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

"a correta definição do valor estimado da contratação é essencial ao sucesso do processo de contratação. Afinal, enquanto referência para análise de aceitabilidade das propostas, apenas cumprirá sua finalidade se, efetivamente, retratar a realidade de mercado."

O manual enfatiza que a Administração deve reunir o maior número possível de preços, a partir de fontes diversas, sendo preferencial o emprego das fontes previstas nos incisos I e II do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a observância dos parâmetros estabelecidos nos incisos I, II e III do §1º do artigo 23 é fundamental para garantir a economicidade e a eficiência nas contratações públicas. Esses incisos representam métodos mais seguros e robustos para a formação do valor estimado, priorizando fontes confiáveis e abrangentes, como o PNCP, publicações especializadas e pesquisas técnicas qualificadas. Dessa forma, é altamente recomendado que a Administração priorize o uso dos incisos I, II e III, pois eles oferecem maior transparência, alinhamento com os princípios da moralidade e eficiência administrativa e segurança jurídica para o processo, assegurando que os valores estimados reflitam de forma precisa os preços de mercado e promovam a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

A pesquisa de preços realizada no presente processo observou o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o valor previamente estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados no mercado, consideradas as quantidades a serem contratadas, a natureza do objeto e as fontes idôneas de consulta. No caso concreto, a pesquisa refere-se à contratação de empresa para fornecimento de madeiras diversas, que serão utilizadas na montagem da estrutura necessária à realização da Temporada de Praia “Veraneio Macedônia 2026”, promovida pela Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão – TO, abrangendo itens como caibro, ripão, maderite, vigotas e tábuas de pinus.

Quanto às fontes utilizadas, verifica-se que a Administração adotou pesquisa direta com fornecedor e referências obtidas por meio do sistema BNC, em conformidade com o art. 23, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021. Foi juntada cotação direta da empresa V C DA SILVA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ nº 27.165.085/0001-14, no valor total de R\$ 45.243,50 (quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), além de referências extraídas do sistema BNC, relativas a contratações e propostas similares de fornecedores vinculados a processos de outros entes públicos, como Município de Altinho/PE, Município de Campos Belos/GO, Município de Itarumã/GO, Município de Marzagão/GO e Município de São Sebastião/AL.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

A justificativa apresentada pelo Departamento de Compras, assinada por Daniela Barbosa de Sousa, informa que a pesquisa foi realizada para obtenção do preço referencial, com observância do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido anexados os documentos comprobatórios dos preços levantados e a planilha consolidada. Assim, a metodologia adotada demonstra que a Administração não se baseou em valor isolado, mas reuniu cotação direta e parâmetros extraídos de sistema eletrônico de compras, permitindo maior aderência entre os preços apurados e o objeto pretendido, especialmente por se tratar de fornecimento de madeiras com medidas e especificações próprias para estrutura temporária de evento público.

No relatório consolidado, foram apurados os seguintes valores estimados: caibro 5 cm x 5 cm, no valor unitário de R\$ 8,54 (oito reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando R\$ 6.405,00 (seis mil, quatrocentos e cinco reais); ripão 3 cm x 5 cm, no valor unitário de R\$ 9,56 (nove reais e cinquenta e seis centavos), totalizando R\$ 12.236,80 (doze mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos); maderite 2,20m x 1,10m x 6mm, no valor unitário de R\$ 56,7133 (cinquenta e seis reais e sete mil cento e trinta e três décimos de milésimo), totalizando R\$ 6.805,60 (seis mil, oitocentos e cinco reais e sessenta centavos); maderite 1,10m x 2,10m x 16mm, no valor unitário de R\$ 155,40 (cento e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), totalizando R\$ 31.080,00 (trinta e um mil e oitenta reais); vigotas de 15 cm x 5 cm, no valor unitário de R\$ 33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos), totalizando R\$ 6.720,00 (seis mil, setecentos e vinte reais); e tábuas de pinus, no valor unitário de R\$ 19,6633 (dezenove reais e seis mil seiscentos e trinta e três décimos de milésimo), totalizando R\$ 491,5833 (quatrocentos e noventa e um reais e cinco mil oitocentos e trinta e três décimos de milésimo).

Ao final, a pesquisa consolidou o valor total estimado de R\$ 63.738,98 (sessenta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos). Dessa forma, a estimativa mostra-se compatível com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, pois foi formalizada nos autos, identificou as fontes consultadas, apresentou os quantitativos, valores unitários e totais, utilizou parâmetros de mercado e foi acompanhada de justificativa específica do setor de compras, conferindo transparência, razoabilidade e segurança à formação do preço referencial da contratação.

## **2.5 TERMO DE REFERÊNCIA**

O Termo de Referência é um documento indispensável nos processos de contratação pública, previsto na Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos. Ele tem como objetivo descrever, com clareza e detalhamento, o objeto a ser



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

contratado, os requisitos técnicos, as condições de execução e demais especificidades necessárias para viabilizar a contratação de bens ou serviços.

De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência é definido como:

"Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

**XXIII - Termo de Referência:** documento necessário para a contratação direta, em que deverão constar os elementos que caracterizam o objeto contratado e os critérios objetivos necessários à escolha da proposta mais vantajosa e à execução do contrato;"

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de madeiras diversas, destinadas à montagem da estrutura necessária para a realização da Temporada de Praia “Veraneio Macedônia 2026”, promovida pela Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão – TO. A aquisição busca atender às demandas da Administração Municipal na preparação do espaço do evento, possibilitando a instalação de estruturas temporárias de apoio, organização, delimitação, sustentação e adequação dos ambientes utilizados durante a programação.

A justificativa apresentada demonstra que a contratação se faz necessária em razão da importância da Temporada de Praia como evento tradicional de interesse público, cultural, social e turístico, com potencial de atrair moradores, visitantes e turistas, além de fomentar a economia local. O Termo de Referência destaca que a disponibilização de estruturas apropriadas é indispensável para garantir que o evento ocorra de forma planejada, segura e eficiente, assegurando condições mínimas de funcionalidade, organização e apoio logístico ao público e às atividades programadas.

No que se refere às especificações técnicas, o documento prevê o fornecimento de 06 (seis) itens de madeira, compreendendo 750m (setecentos e cinquenta metros) de caibro de 5cm x 5cm, 1.280m (mil duzentos e oitenta metros) de ripão de 3cm x 5cm, 120 (cento e vinte) unidades de madeirite de 2,20m x 1,10m x 6mm, 200 (duzentas) unidades de madeirite de 1,10m x 2,10m x 16mm, 200m (duzentos metros) de vigotas de 15cm x 5cm e 25m (vinte e cinco metros) de tábuas de pinus de 2,5cm x 25cm. Esses materiais serão utilizados como insumos básicos para montagem das estruturas temporárias necessárias ao Veraneio Macedônia 2026.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

Quanto ao valor estimado, o Termo de Referência apresenta o montante total de R\$ 63.738,98 (sessenta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos). A planilha estimativa indica R\$ 6.405,00 (seis mil, quatrocentos e cinco reais) para caibro; R\$ 12.236,80 (doze mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos) para ripão; R\$ 6.805,60 (seis mil, oitocentos e cinco reais e sessenta centavos) para madeirite de 6mm; R\$ 31.080,00 (trinta e um mil e oitenta reais) para madeirite de 16mm; R\$ 6.720,00 (seis mil, setecentos e vinte reais) para vigotas; e R\$ 491,58 (quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos) para tábuas de pinus.

O documento também prevê tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, obrigações da contratante e da contratada, prazo de início de 03 (três) dias, vigência até 31 de dezembro de 2026, pagamento mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, fiscalização por representante da Administração, critérios de aceitação do objeto, sanções administrativas, compensação financeira, requisitos de contratação e disposições gerais aplicáveis ao procedimento. Assim, o Termo de Referência apresenta os elementos necessários para orientar a contratação pretendida, demonstrando objeto, justificativa, especificações técnicas, quantitativos, valor estimado e finalidade pública voltada à estruturação da Temporada de Praia “Veraneio Macedônia 2026”, no Município de Bernardo Sayão – TO.

## **2.6 EDITAL**

O edital é o documento que disciplina e organiza os processos licitatórios, servindo como instrumento para assegurar a legalidade, a transparência e a igualdade de condições entre os participantes. No caso das contratações diretas por dispensa de licitação, embora não seja obrigatória a publicação de um edital em todas as situações, a Administração deve observar a publicidade e o detalhamento das condições de contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, o edital elaborado para a contratação direta está alinhado com os dispositivos legais. O documento apresenta de forma clara e objetiva o objeto da contratação, bem como as condições de participação, os prazos para apresentação de propostas e os critérios de julgamento. Além disso, inclui anexos relevantes, como o Termo de Referência e a minuta do contrato, assegurando a fundamentação técnica e a segurança jurídica do procedimento.

## **2.7 PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**





ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

A Lei nº 14.133/2021 introduziu inovações importantes para garantir maior transparência e eficiência nas contratações públicas, incluindo disposições específicas para a contratação direta. Entre essas inovações, destaca-se a previsão do artigo 75, §3º, que estabelece a recomendação de publicidade prévia para as contratações realizadas com base no critério de valor.

O §3º do artigo 75 prevê que as contratações diretas, pelo valor, sejam preferencialmente precedidas de um aviso público em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis. Essa divulgação deve conter a descrição objetiva do objeto a ser contratado, bem como a manifestação de interesse da Administração Pública em receber propostas adicionais, permitindo uma disputa mais ampla entre potenciais fornecedores e assegurando que a proposta mais vantajosa seja selecionada. A seguir, transcreve-se o referido dispositivo:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

§3º As contratações diretas por valor deverão ser preferencialmente precedidas da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a descrição do objeto e a manifestação de interesse da administração em receber propostas adicionais."

Essa exigência de publicidade prévia reforça a transparência do procedimento e amplia a concorrência, mesmo em casos de dispensa de licitação. A medida não apenas proporciona maior acesso de fornecedores interessados, mas também assegura que a Administração Pública obtenha propostas mais competitivas, contribuindo para o cumprimento dos princípios da eficiência e economicidade.

No presente caso, recomenda-se que a Administração Pública observe essa orientação, divulgando o aviso em seu sítio eletrônico oficial com antecedência mínima de três dias úteis antes de formalizar a contratação direta. Tal prática não só fortalece a segurança jurídica do processo, mas também alinha a contratação às boas práticas administrativas e aos princípios que regem os atos públicos, como a publicidade, impessoalidade e eficiência devendo-se sua publicação ocorrer junto ao diário oficial e ao portal da transparência.

## 2.9 DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE EM CRITÉRIOS DE VALOR

A Constituição Federal de 1988 determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ocorrer, via de regra, mediante processo de licitação pública, um



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

procedimento preliminar formal, que visa assegurar o tratamento isonômico e vinculado, voltado ao atendimento ao interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88, in verbis:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (Grifou-se)

Segundo depreende-se da leitura do dispositivo supramencionado, existem algumas situações em que a realização do procedimento de licitação pode colocar em risco ou prejudicar o interesse e a segurança pública

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do Art.75, inciso II, da mesma Lei de Licitações

Importante dizer que o valor de R\$ 50.000,00 para a dispensa foi atualizado pelo Decreto 12.807/2025 para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto 12.807/2025 – Para contratações que envolva valores inferiores a R\$ R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

Considerando que o valor total estimado é de **63.738,98 (sessenta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos)** mostra-se possível o prosseguimento da contratação, nos termos do objeto já devidamente especificado nos autos.

É forçoso concluir pela possibilidade legal de contratação direta através de dispensa



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

de licitação, uma vez que o caso em questão se molda perfeitamente aos valores previstos no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 12.343/2024.

3. **CONCLUSÃO:**

Dessa feita, e diante do exposto, apresento **PARECER FAVORÁVEL** para o prosseguimento do processo licitatório para contratação de empresa para fornecimento de madeiras diversas, que serão utilizadas para montagem da estrutura para realização da Temporada de Praia “Veraneio Macedônia 2026”, promovida pela Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão - TO., atendendo as demandas da Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão com valor estimado de 63.738,98 (sessenta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), devendo-se atentar para que, no presente procedimento, seja seguida a legalidade, aplicando-se a legislação vigente que orienta o procedimento licitatório, especialmente porque está enquadrado na hipótese de contratação direta prevista no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto 12.807/2025

**RECOMENDO** que após a realização da sessão pública do certame, seja divulgada a ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO com sua devida publicação no site oficial (portal da transparência) deste município e sua disponibilização no diário oficial eletrônico, afim que sejam respeitados os princípios da legalidade e publicidade da administração pública.

**RECOMENDO** a observância da paginação com numeração folha a folha, de maneira completa, em toda a fase interna do processo licitatório, garantindo a organização, a rastreabilidade dos atos praticados e a adequada formalização documental.

Não obstante, o presente parecer é prestado sob o prisma de restrição jurídica, não competindo a esta assessoria jurídica adentrar no benefício da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o parecer, SMJ, que submeto à consideração superior para deliberação e aprovação.

É o parecer, S.M.J

Bernardo Sayão – TO, 16 de junho de 2026.

  
**BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUI**  
OAB/TO-5982